

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.295.507 - SP  
(2018/0117216-5)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**AGRAVANTE : ALPARGATAS S.A.**

**ADVOGADOS : GLÁUCIA MARIA LAULETTA FRASCINO - SP113570  
LUCIANA VILARDI VIEIRA DE SOUZA - SP199031  
ARMANDO BELLINI SCARPELLI - SP256826  
TAMIRIS CRISTINA MUTRAN CORDEIRO - SP315675  
LUIZ ANTONIO MONTEIRO JUNIOR - SP314843  
AMANDA NADAL GAZZANIGA E OUTRO(S) -  
SP351478**

**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

### **DECISÃO**

#### **Vistos.**

Fls. 637/645e - Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática mediante a qual não conheci do Agravo em Recurso Especial, nos termos do disposto nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 253, I, do RISTJ em razão da ausência de impugnação específica de um dos fundamentos, na origem, o recurso especial (fls. 625/632e).

#### **Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno e para o Agravo em Recurso Especial, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

Em juízo de retratação, consoante o disposto no § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, verifica-se o desacerto da mencionada decisão, razão pela qual de rigor sua reconsideração, restando, por conseguinte, prejudicado o Agravo Interno.

Ademais, verifico a presença dos pressupostos de admissibilidade do Agravo e, face às circunstâncias que envolvem a lide, a necessidade de melhor exame do objeto do Recurso Especial, razão pela qual de rigor a reautuação.

Isto posto, nos termos do art. 1.021, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 625/632e, restando, por conseguinte, **PREJUDICADO** o agravo interno de fls. 637/645e, **CONHEÇO** do Agravo e

determino sua **CONVERSÃO** em Recurso Especial, sem prejuízo da aferição dos requisitos de admissibilidade, a ser realizada no momento processual oportuno.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora

